



SEGUROS Unimed

UNIMED SEGUROS PATRIMONIAIS S.A.

CNPJ 12.973.906/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas: É com satisfação que apresentamos as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014 e o parecer dos auditores independentes da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. ("Companhia"). A Companhia está em seu primeiro ano de atuação operacional e destacamos a estratégia que levou a Seguros Unimed a entrar nesse segmento. Quando em novembro de 2010 a Seguros Unimed definiu seu plano estratégico de longo prazo, uma das metas para garantir a sustentabilidade do negócio foi diversificar os riscos, que naquele momento e ainda hoje, encontram-se concentrados no segmento de saúde. Com esse objetivo, a atuação no segmento de ramos elementares (seguros de danos) voltados à proteção do patrimônio foi uma extensão natural dos nossos negócios. Procuramos um parceiro no mercado mundial que pudesse nos auxiliar no desenvolvimento de uma proposta de valor. Em 2013 foi firmado contrato com uma seguradora americana, um acordo de transferência de know-how em seguros de responsabilidade civil, com contornos particulares e fortemente voltados à educação e à prevenção de riscos na área médica. Os números abaixo são os primeiros passos de um grande projeto, uma vocação da Seguros Unimed, em continuar crescendo sustentavelmente. **O Mercado Segurador:** O ano de 2014 demonstrou um crescimento expressivo para o

mercado segurador. Segundo dados da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP o segmento de seguros encerrou o exercício com um crescimento aproximado de 14,9% em relação a 2013, atingindo o montante de R\$116,7 bilhões. Os seguros de danos geraram receita de R\$66,5 bilhões, com crescimento de 16,2% em relação a 2013, com destaque para os segmentos de seguros patrimoniais com 10,7%, responsabilidade civil com 9,7% e automóveis com 9,1%. Exclusivamente no segmento de responsabilidade civil o volume total de prêmios, segundo a SUSEP, atingiu R\$1,4 bilhão. Avaliando a performance regional, as regiões com maior participação no mercado de seguros são aquelas que possuem maiores níveis de crescimento, de consumo e com melhor nível de educação. Dessa forma, um dos principais desafios para o mercado segurador no curto e médio prazo reside em oferecer produtos seguros para regiões menos assistidas, de modo a desenvolver a cultura de seguros em âmbito nacional. Os diversos segmentos tem percebido a necessidade de aumentar cada vez mais as opções de oferta de produtos, disponibilizando seguros através de uma maior gama de canais possíveis, como: corretoras, bancos, varejo e internet. Apesar das projeções de baixo crescimento do PIB para 2015, as expectativas de crescimento do Mercado Segurador são bastante otimistas. A Companhia

percebe o grande potencial de crescimento do mercado de seguros em seu ramo de atuação, devido a 58 milhões de residências não possuindo seguro residencial. **Cenário Econômico:** Para o mercado em geral, 2014 não deixou surpresas. A economia brasileira não cresceu o esperado e o PIB ficou no ano nulo (0%). No ano de 2014 os destaques foram a sucessão presidencial, a crise hídrica, aumento nas tarifas de energia, inflação que chegou perto do teto da meta econômica (fechou em 6,4%), o dólar em alta (R\$2,65 em 31 de dezembro de 2014) e a deterioração das contas públicas. O nível da atividade industrial está em queda (deve fechar em -3,5%) e o mercado consumidor perdeu fôlego, principalmente devido ao alto nível de endividamento das famílias. Por outro lado, o mercado de trabalho permanece aquecido, apresentando menores índices de desemprego (4,8%) e cada vez mais brasileiros estão aderindo à classe média. A nova equipe econômica acena com medidas de austeridade para retomar as rédeas da macroeconomia nacional em 2015. A taxa Selic deverá seguir a tendência de alta (podendo chegar a 12,5%) para fins de controle da inflação, que estima-se, deverá fechar por volta dos 6,0%. Conseqüentemente, o crescimento do PIB deve ser modesto, por volta de 1% e as projeções para a indústria e comércio são as mesmas. O dólar deverá se aproximar dos

R\$3,00. O ministro da fazenda já sinalizou que a meta do superávit será cumprida, sem manobras fiscais. Entretanto, insinua que poderá haver aumento na carga tributária. **Desempenho Econômico-Financeiro:** Em seu primeiro ano de atuação a Companhia comercializou prêmios de R\$3,3 milhões, com sinistralidade de 79,9% e despesas de comercialização de 24,7% sobre os prêmios ganhos. O montante de despesas administrativas para implementação da nova operação foi de R\$2,7 milhões, impactando no resultado do exercício que gerou um prejuízo de R\$0,6 milhão. **Capital Social:** O patrimônio líquido da Companhia alcançou R\$26,6 milhões em 2014, representado por 27.978,40 ações. **Política de dividendos:** Após as deduções relativas à reserva legal, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 10% do lucro líquido, conforme estabelecido no Estatuto Social. **Agradecimentos:** Agradecemos a todos os nossos acionistas, colaboradores, clientes e parceiros pela confiança, apoio e dedicação em especial a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pela renovada confiança em nós depositada.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2015
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

| Notas | | 2014 | 2013 | Notas | | 2014 | 2013 |
|--|-----|---------------|---------------|-------|--|------|------|
| Ativo | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | |
| Disponível | | 7.748 | 5.192 | | | | |
| Caixa e bancos | | 37 | 9 | | | | |
| Aplicações | | 4.001 | 4.803 | | | | |
| Creditos das operações com seguros e resseguros | 5a | 2.485 | - | | | | |
| Prêmios a receber | | 2.485 | - | | | | |
| Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas | 7a | 382 | - | | | | |
| Títulos e créditos a receber | | 245 | 380 | | | | |
| Títulos e créditos a receber | | - | 44 | | | | |
| Créditos tributários e previdenciários | 8 | 245 | 336 | | | | |
| Outros valores e bens | | 8 | - | | | | |
| Custos de aquisição diferidos | | 590 | - | | | | |
| Seguros | 9 | 590 | - | | | | |
| Ativo não circulante | | 23.176 | 22.898 | | | | |
| Realizável a longo prazo | | 19.837 | 21.020 | | | | |
| Aplicações | 5a | 19.760 | 21.018 | | | | |
| Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas | 7a | 53 | - | | | | |
| Títulos e créditos a receber | 8 | 24 | 2 | | | | |
| Créditos tributários e previdenciários | | 2 | 2 | | | | |
| Imobilizado | | 2 | - | | | | |
| Bens móveis | 10a | 2 | - | | | | |
| Intangível | 10b | 3.337 | 1.878 | | | | |
| Outros intangíveis | | 3.337 | 1.878 | | | | |
| Total do ativo | | 30.924 | 28.090 | | | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

| Notas | | 2014 | 2013 |
|---|--------------|--------------|------------|
| Prêmios emitidos | | | |
| Variação das provisões técnicas de prêmios | | | |
| | | 3.251 | - |
| | | (2.562) | - |
| Prêmios ganhos | 18a | 689 | - |
| Sinistros ocorridos | 18b | (550) | - |
| Custo de aquisição | 18c | (170) | - |
| Outras despesas operacionais | 18d | (83) | - |
| Resultado com operações de resseguro | 18e | (185) | - |
| Receitas com resseguros | | 8 | - |
| Despesas com resseguros | | (193) | - |
| Despesas administrativas | 18f | (2.710) | (1.582) |
| Despesas com tributos | 18g | (122) | (42) |
| Resultado financeiro | 18h | 2.526 | 1.998 |
| (-) Resultado operacional | (605) | 374 | - |
| (-) Resultado antes dos impostos e participações | (605) | 374 | - |
| Imposto de renda | 19 | - | (42) |
| Contribuição social | 19 | - | (40) |
| Impostos diferidos | 19 | 24 | - |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | (581) | 292 | - |
| Quantidade de ações | | 27.978.460 | 27.978.460 |
| Lucro líquido (prejuízo) por ação | | (0,02) | 0,01 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

| | | 2014 | 2013 |
|--|--|----------------|----------------|
| Atividades operacionais: | | | |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | | (581) | 292 |
| Ajustes para: | | | |
| Depreciações e amortizações | | 250 | - |
| Perda (reversão de perda) por redução ao valor recuperável de ativos | | 81 | - |
| Outros ajustes | | 3 | (3) |
| Variação nas contas patrimoniais: | | | |
| Ativos financeiros | | 2.060 | (7.072) |
| Créditos das operações de seguros e resseguros | | (2.566) | - |
| Ativos de resseguro | | (434) | - |
| Créditos fiscais e previdenciários | | 92 | (109) |
| Ativo fiscal diferido | | (22) | - |
| Custos de aquisição diferidos | | (590) | - |
| Outros ativos | | 35 | 36 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | | (731) | 649 |
| Impostos e contribuições | | 91 | 82 |
| Débitos de operações com seguros e resseguros | | 904 | - |
| Depósitos de terceiros | | 36 | - |
| Provisões técnicas - seguros e resseguros | | 3.112 | - |
| Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais | | 1.740 | (6.125) |
| Atividades de investimento: | | | |
| Pagamento pela compra: | | | |
| Intangível | | (1.712) | (1.878) |
| Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento | | (1.712) | (1.878) |
| Atividades de financiamento: | | | |
| Aumento de capital | | - | 8.000 |
| Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento | | | 8.000 |
| Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa | | 28 | (3) |
| Caixa e bancos no início do exercício | | 9 | 12 |
| Caixa e bancos no final do exercício | | 37 | 9 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

| Capital | | Reserva de | | Lucros (prejuízos) acumulados | | Total | |
|----------------|---------|-----------------|------|-------------------------------|---------|----------|--------|
| (em aprovação) | | capital de giro | | (1.437) | | (18.903) | |
| 20.000 | - | 323 | 17 | - | - | 8.000 | - |
| - | 8.000 | - | - | (3) | - | - | 292 |
| - | - | (323) | (17) | - | - | 340 | - |
| 20.000 | 8.000 | - | - | (3) | (805) | 27.192 | - |
| 8.000 | (8.000) | - | - | 3 | - | - | 3 |
| - | - | - | - | - | (581) | (581) | - |
| - | - | - | - | - | (1.386) | (1.386) | 26.614 |
| 28.000 | - | - | - | - | - | - | - |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

| | | 2014 | 2013 |
|--|--|--------------|------------|
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | | (581) | 292 |
| Ajustes com títulos e valores mobiliários | | - | (3) |
| Perdas não realizadas com títulos e valores mobiliários | | - | (5) |
| Tributos diferidos sobre ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários | | - | 2 |
| Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos | | (581) | 289 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Unimed Seguros Patrimoniais S.A. (doravante denominada por "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil e situada na Alameda Ministro Rocha Azevedo, 346 - São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 12.973.906/0001-71, tendo como objetivo social a comercialização de seguros de danos. A Companhia é controlada pela Unimed Seguradora S.A., que está integrada ao Sistema Cooperativo Unimed, que é formado pelas cooperativas médicas que atuam sob a denominação Unimed, pelas suas federações, pela confederação nacional e por empresas associadas. Em 17 de maio de 2012, a SUSEP autorizou a referida cessão da carteira de planos de previdência complementar operada na Controladora, no entanto, diante das novas estratégias operacionais de sua Controladora, a Administração decidiu por manter a carteira de planos de previdência complementar aberta na própria Controladora e solicitou uma nova autorização junto a SUSEP para transferir a Unimed Previdência Privada S.A. em uma seguradora de danos, e posteriormente alterou a razão social e seu objeto social para Unimed Seguros Patrimoniais S.A. Para essa nova estratégia operacional, a Companhia preparando o projeto com todos os questionários necessários para atender a Resolução CNSP nº 166/07, obtendo a autorização SUSEP em 22 de outubro de 2013, como posterior registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP em 21 de outubro de 2013 sob o nº 425.373/13-7. A Companhia obteve a aprovação prévia da SUSEP em 21 de janeiro de 2013, para a alteração do seu objeto e da sua denominação social, através do processo nº 15414.004125/2012-06. O objeto social passou a ser de seguro de danos e a denominação social de Unimed Previdência Privada S.A. para Unimed Seguros Patrimoniais S.A.. O processo de autorização definitiva na SUSEP foi aprovado através da Portaria nº 5.557 de 10 de outubro de 2013. A Companhia iniciou suas operações com emissão de sua primeira apólice em 5 de maio de 2014. Anteriormente a essa data suas atividades se resumiam a gestão dos recursos depositados em conta-corrente por sua Controladora referente ao seu capital social, receitas financeiras, despesas legais e custos administrativos.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 483, de 6 de janeiro de 2014, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2014, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "normas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2015. b) **Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de exercícios anteriores, conforme disposições do CPC nº 26 - Apresentação das demonstrações financeiras, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e da Circular SUSEP nº 483, de 6 de janeiro de 2014. c) **Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de iniciar suas operações. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. d) **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais no balanço patrimonial: • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; • Ativos financeiros mantidos até o vencimento e avaliados com base nas premissas; • Espera-se que seja realizado ou liquidado; e) **Previsão de perda:** A perda é estimada com base na análise de risco e julgamento. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. f) **Utilização de estimativas e julgamento:** A preparação de demonstrações financeiras exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e pressupostos são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. g) **Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado ou liquidado; • Pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional (12 meses) da Companhia; e • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. h) **Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:** i) **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final do IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013), a data de aplicação inicial foi anterior a 1º de janeiro de 2015. A adoção da IFRS 9 é de efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia. ii) **IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas:** A IFRS 14 é uma norma opcional que permite a uma entidade cujas atividades estão sujeitas à regulação de tarifas contínuas aplicar uma maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As entidades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e apresentar movimentações nesses saldos contábeis como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes. A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da entidade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações financeiras. A IFRS 14 está em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. Essa norma não seria aplicável, pois a Companhia elabora suas demonstrações financeiras com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. iii) **IFRS 15 - Revenue from contracts with customers:** A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo consistente de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita. A norma na nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. A sua aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil. A Companhia está atualmente avaliando o impacto da IFRS 15 e planeja adotar uma nova norma sobre a efetiva data de entrada em vigor. iv) **Alterações à IFRS 11 Acordos Conjuntos:** Contabilização de Acordos de Partes Sociárias: As alterações à IFRS 11 exigem que um operador conjunto, que esteja contabilizando a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitui um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações também deixam claro que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é remensurada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for retido. Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de controle, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta e são prospectivamente vigentes para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 e após essa data, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil. Não se espera que essas alterações tenham impacto sobre a Companhia. v) **Alterações à IAS 16 e à IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Acumulados de Depreciação e Amortização:** As alterações esclarecem o princípio na IAS 16 e na IAS 38 que a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados a partir da operação de um negócio (do qual o ativo faz parte), em vez dos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. Como resultado, um método baseado em custo não pode ser utilizado para fins de medição do ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão em vigor prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, que está em análise no Brasil. Essas alterações não terão impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia. vi) **Normas emitidas pela SUSEP:** Em 12 de janeiro de 2015, foi divulgada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a Circular nº 508, que trata sobre alterações das normas contábeis. Os efeitos dessa Resolução são válidos a partir do exercício de 2014. A Companhia está avaliando os impactos para tomar as medidas necessárias para cumprimento dos prazos estabelecidos pelo órgão regulador.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas nas demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. a) **Disponíveis:** O saldo de caixa e bancos inclui numerário em caixa, em banco contra movimento e valores em trânsito. b) **Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; ii) ativos financeiros disponíveis para venda; iii) ativos financeiros mantidos até o vencimento e iv) empréstimos e recebíveis. A classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. i) **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. ii) **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável. iii) **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdidas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas no patrimônio líquido pelo valor líquido dos respectivos efeitos tributários sobre o ganho não realizado. Quando um investimento é realizado, o saldo amortizado é transferido para o resultado. Os juros são reconhecidos no resultado. iv) **Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são deduzidos de qualquer

perda por redução ao valor recuperável e compreendem substancialmente "Prêmios a receber". v) **Determinação do valor justo:** Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Os certificados de depósitos bancários e os depósitos a prazo com garantia especial (DPGE) são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos, que se aproximam de seu valor justo. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&F BOVESPA, no SILEC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos. c) **Instrumentos financeiros derivativos:** Todos os instrumentos financeiros derivativos detidos pela Companhia foram designados na categoria "Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado". Adicionalmente, a Companhia efetua uma análise dos contratos de seguros, instrumentos financeiros e contratos de seguro para avaliação da existência de derivativos embutidos. d) **Provisão para Créditos de Liquidação Diferidos (PCLD) - prêmios a receber:** A Companhia reconhece uma provisão para risco de crédito de acordo com a Circular SUSEP nº 483/14. A Companhia iniciou suas operações em maio de 2014 e não possui base histórica de perda para realização de estudo. As perdas são reconhecidas para todos os contratos inadimplentes acima de 60 dias considerando as parcelas a vencer do mesmo contrato. e) **Ativo imobilizado de uso próprio:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende somente a rubrica de móveis, sendo demonstrado pela parte histórica e menos a depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O custo anteriormente registrado foi utilizado como custo atribuído à adoção das normas homologadas pelo CPC como isenção opcional permitida pelo CPC 37- Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para a primeira adoção. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo (exceto para terrenos, cujo ativo não é depreciado) até a data de cada fechamento. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme se segue: • Bens móveis: 5 a 10 anos. f) **Ativos intangíveis:** Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando é possível demonstrar a intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e que benefícios econômicos futuros serão gerados. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com terceiros e exigências internas alocadas no desenvolvimento de software. Outros gastos com desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercícios subsequentes. Os custos com desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada e avaliados para impairment, caso haja indicativo de perda. A Companhia revisa a vida útil estimada de seus ativos intangíveis e os prazos não sofreram alterações. Os ativos intangíveis são amortizados pela vida útil estimada, que é de aproximadamente 5 anos a partir da data em que o sistema entre em operação. g) **Classificação dos títulos de seguros e de investimento:** Os contratos foram classificados como ativos de longo prazo de acordo com a natureza de seus pagamentos. Os contratos de seguro, avaliados como compensar o segurador no caso de um acontecimento futuro incerto e específico. Os contratos de resseguro também são classificados como "Contrato de seguro", pois pressupõe a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios e princípios das operações de seguros e registrados contabilmente conforme determina a Circular SUSEP nº 474 de 22 de agosto de 2013. Os prêmios de seguros são registrados quando da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos no resultado conforme decorre da vigência do risco. Os custos de agenciamento são registrados quando incorridos e apropriados ao resultado de acordo com o período de vigência das apólices. h) **Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, certificados ou faturas, líquidos dos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O prazo médio de recebimento é de 30 dias. As operações de resseguro são contabilizadas com base nos contratos firmados com os resseguradores. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguro, correspondentes nas mesmas bases. Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (i) nas prestações de contratos emitidas pelos resseguradores por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Companhia e (ii) nas prestações de contas preparadas pela Companhia e que estão sujeitas à revisão pelos resseguradores. As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. i) **Custos de aquisição diferidos:** Compreendem as comissões relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. Os custos de aquisição diferidos são baixados quando da venda ou liquidação dos respectivos contratos. O prazo médio de recebimento é de 12 meses. j) **Análises de passivos originados de contratos de seguros**

UNIMED SEGUROS PATRIMONIAIS S.A.

CNPJ 12.973.906/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

b) Intangível:

| Movimentação | | 2014 | | | | 2013 | | |
|---------------|------------|----------------------|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|---------------------------------|-----|
| Saldo em 2013 | Aquisições | Despesas amortizadas | Outros/transferências | Saldo em 2014 | Amortização acumulada | Valor líquido | Taxas anuais de amortização (%) | |
| 1.878 | 391 | (250) | 1.318 | 3.337 | 3.587 | (250) | 3.337 | 20% |
| 1.878 | 391 | (250) | 1.318 | 3.337 | 3.587 | (250) | 3.337 | |

11. OBRIGAÇÕES A PAGAR

| | 2014 | 2013 |
|---------------------------|-----------|------------|
| Fornecedores | 83 | 814 |
| Outras obrigações a pagar | - | 1 |
| Total | 83 | 815 |

12. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

| | 2014 | 2013 |
|-------------------------------------|------------|----------|
| Imposto de renda retido na fonte | 4 | - |
| Imposto sobre operações financeiras | 150 | - |
| Outros impostos e encargos sociais | 8 | 1 |
| Total | 162 | 1 |

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

| | 2014 | 2013 |
|---------------|-----------|-----------|
| Provisão IRPJ | - | 42 |
| Provisão CSLL | - | 40 |
| COFINS | 10 | - |
| PIS | 3 | - |
| Total | 13 | 82 |

14. OPERAÇÕES COM RESEGUADORAS

| | 2014 | 2013 |
|---|------------|----------|
| Resseguradora local | 209 | - |
| Resseguradora admitida | 32 | - |
| Prêmio de resseguro - RVNE | 70 | - |
| Passivos de operações com resseguradoras | 311 | - |

15. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

a) Provisões técnicas:

| Ramos | Provisão para prêmios não ganhos - PPNG | Provisão de sinistros a liquidar - PSL | Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR | Provisão para despesas relacionadas - PDR | 2014 | 2013 |
|-------------------|---|--|---|---|--------------|----------|
| R.C. D&O | 420 | - | 10 | - | 430 | - |
| R.C. Profissional | 2.142 | 11 | 511 | 18 | 2.682 | - |
| Total | 2.562 | 11 | 521 | 18 | 3.112 | - |

b) Movimentação das provisões técnicas:

| | Provisão para prêmios não ganhos - PPNG | Provisão de sinistros a liquidar - PSL | Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR | Provisão para despesas relacionadas - PDR | Total |
|-------------------------------------|---|--|---|---|--------------|
| Saldos no início do exercício | - | - | - | - | - |
| Constituição | 3.251 | - | 521 | 18 | 3.790 |
| Reversão | (689) | - | - | - | (689) |
| Avios | - | 11 | - | - | 11 |
| Saldos no final do exercício | 2.562 | 11 | 521 | 18 | 3.112 |

16. TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS - TAP

Na Companhia, as provisões de prêmios e sinistros apresentaram boa margem de suficiência para cobrir todas as despesas de sinistros futuros e despesas relacionadas à gestão e à comercialização das apólices. A Companhia iniciou sua comercialização em maio de 2014, sendo suas provisões de prêmios e sinistros constituídas conforme a legislação vigente. Sendo uma operação recente, não dispomos de base para cálculo de sinistros e despesas futuras. Consideramos que as provisões constituídas de acordo com os percentuais da SUSEP, conforme Circular SUSEP nº 485/14, serão suficientes para cumprimento das obrigações futuras.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** O capital social totalmente integralizado e subscrito no valor de R\$28.000 (R\$20.000 em 2013), é composto por 27.978.460 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Em 31 de março de 2014 foi aprovada através da Portaria SUSEP 5.801 o aumento do capital social no valor de R\$8.000.
b) **Reserva legal:** É constituída ao final do exercício social por valor correspondente a 5% do lucro líquido, não podendo exceder a 20% do capital social. c) **Reserva estatutária (investimento e capital de giro):** É constituída por até 100% do lucro líquido remanescente, após as deduções legais, ao final de cada exercício social, tendo por finalidade assegurar investimentos em ativos permanentes e reforço do capital de giro podendo, também, absorver prejuízos. Essa reserva, em conjunto com a reserva legal, não poderá exceder o valor do capital social. A Assembleia Geral poderá a qualquer tempo, ou quando atingido o limite estabelecido, deliberar sobre sua destinação para aumento do capital social ou distribuição de dividendos.
d) **Dividendos:** É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 10% do lucro líquido anual, quando da ocorrência deste resultado. e) **Patrimônio líquido ajustado e margem de solvência/capital mínimo requerido:** O gerenciamento de capital procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido. A seguir detalhamos o cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

| | 2014 | 2013 |
|-----------------------------------|---------------|---------------|
| Patrimônio líquido | 26.614 | 27.192 |
| Deduções: | | |
| Ativo intangível | (3.337) | - |
| Patrimônio líquido ajustado (PLA) | 23.277 | 27.192 |
| Capital mínimo requerido (CMR) | 15.000 | 7.200 |
| Capital base | 15.000 | 7.200 |
| Capital adicional: | | |
| Capital risco de subscrição | 3.488 | - |
| Capital risco de crédito | 252 | 120 |
| Capital risco operacional | 13 | - |
| Suficiência de capital | 8.277 | 19.992 |
| Suficiência de capital (%) | 35% | 74% |

O capital mínimo requerido (CMR) foi calculado de acordo com as orientações da Resolução CNSP nº 228 de 6 de dezembro de 2010 e alterações posteriores.

18. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

| | 2014 | 2013 |
|---------------------------------------|--------------|----------|
| a) Prêmios ganhos: | | |
| Prêmios emitidos | 2.796 | - |
| Prêmios cancelados | (19) | - |
| Prêmios RVNE | 474 | - |
| Varição da PPNG | (2.562) | - |
| Total | 689 | - |
| b) Sinistros retidos: | | |
| Sinistros avisados administrativos | (11) | - |
| Varição da provisão de IBNR | (521) | - |
| Varição das despesas relacionadas-PDR | (18) | - |
| Total | (550) | - |

| | 2014 | 2013 |
|---|--------------|----------|
| c) Despesas de comercialização: | | |
| Comissões sobre prêmios emitidos | (616) | - |
| Comissão de agenciamento | (31) | - |
| Outros custos de aquisição | (113) | - |
| Varição de comissões diferidas | 473 | - |
| Varição das despesas de agenciamento diferidas | 26 | - |
| Varição de outros custos de aquisição diferidos | 91 | - |
| Total | (170) | - |
| d) Outras receitas e despesas operacionais: | | |
| Provisão para riscos de créditos | (81) | - |
| Outras receitas (despesas) com operações de seguros | (2) | - |
| Total | (83) | - |

| | 2014 | 2013 |
|---|--------------|----------|
| e) Resultado com resseguro: | | |
| Receitas com resseguros | 8 | - |
| Varição da provisão de IBNR | 7 | - |
| Varição das despesas relacionadas do IBNR | 1 | - |
| Despesas com resseguros | (193) | - |
| Prêmios de resseguro cedido | (550) | - |
| Prêmios de resseguro RVNE | (70) | - |
| Varição da despesa de resseguro diferido | 427 | - |
| Total | (185) | - |

| | 2014 | 2013 |
|--|----------------|----------------|
| f) Despesas administrativas: | | |
| Serviços de terceiros | (2.221) | (1.426) |
| Localização e funcionamento | (374) | (93) |
| Despesas com publicidade e propaganda | (25) | - |
| Despesas com publicações | (51) | (39) |
| Despesas com donativos e contribuições | (36) | (20) |
| Outras | (3) | (4) |
| Total | (2.710) | (1.582) |

| | 2014 | 2013 |
|----------------------------------|--------------|-------------|
| g) Despesas com tributos: | | |
| Impostos federais | (2) | - |
| COFINS | (21) | - |
| PIS | (3) | - |
| Taxa de fiscalização | (96) | (42) |
| Total | (122) | (42) |

| | 2014 | 2013 |
|---|--------------|--------------|
| h) Resultado financeiro: | | |
| Receitas com títulos privados | 332 | 84 |
| Valor justo | 329 | 55 |
| Disponíveis para venda | 3 | 29 |
| Receitas com títulos públicos | 2.172 | 1.862 |
| Disponíveis para venda | 268 | 141 |
| Mantidos até o vencimento | 1.904 | 1.721 |
| Receitas com fundos de investimentos | 7 | 37 |
| Valor justo | 7 | 37 |
| Outras receitas financeiras | 16 | 22 |
| Total receitas financeiras | 2.527 | 2.005 |
| Outras despesas financeiras | (1) | (7) |
| Total despesas financeiras | (1) | (7) |
| Resultado financeiro | 2.526 | 1.998 |

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

| | Imposto de Renda | | Contribuição Social | |
|---|------------------|-------------|---------------------|-------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Lucro/(Prejuízo) antes dos impostos e após participações sobre o resultado | (605) | 374 | (605) | 374 |
| Adições: | | | | |
| Provisão para risco de créditos | 82 | - | 82 | - |
| Outras | 1 | 4 | 1 | 4 |
| Exclusões: | | | | |
| Provisão para risco de créditos | (1) | - | (1) | - |
| Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social | (523) | 378 | (523) | 378 |
| Compensação base negativa exercícios anteriores | - | (113) | - | (113) |
| Base de cálculo após compensação | (523) | 265 | (523) | 265 |
| Imposto de renda e Contribuição social a alíquota básica 15% | - | (40) | - | (40) |
| Adicional 10% | - | (2) | - | (40) |
| Tributos correntes | - | (42) | - | (40) |
| Constituição (reversão) de créditos tributários sobre diferenças temporárias | 12 | - | 12 | - |
| Resultado imposto de renda e contribuição social | 12 | (42) | 12 | (40) |

A Companhia possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 1.072 em 31 de dezembro de 2014 (R\$226 em 2013), as quais não possuem prazo prescricional e sua compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. A Companhia não constituiu créditos tributários provenientes de prejuízos fiscais em virtude de se encontrar na fase inicial de suas operações.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possuía processos judiciais em andamento.
b) Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.
c) Lei 12.973/14. A Administração efetuou uma avaliação das disposições contidas na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 (antiga "MP 627/13"). Embora a Lei nº 12.973/14 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração não efetuou uma opção pela adoção antecipada. De acordo com as análises da Administração, não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 decorrentes da Lei nº 12.973/14.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 25 de setembro de 2014, o Conselho Nacional de Seguros Privados-CNSP, deliberou a Resolução nº 316, que dispõe sobre as novas regras para apuração do capital mínimo requerido. A norma introduz o capital baseado no risco de mercado. A Companhia efetuou projeções preliminares para apuração do risco de mercado e o montante apurado foi de R\$542.

DIRETORIA

| | | | | |
|---|------------------------------------|---|--------------------------------------|---------------------------|
| Rafael Moliterno Neto Diretor Presidente | Adelson Severino Chagas Diretor | Alexandre Augusto Ruschi Filho Diretor | Mauri Aparecido Raphaelli Diretor | Helton Freitas Diretor |
|---|------------------------------------|---|--------------------------------------|---------------------------|

ATUÁRIA

| |
|--|
| Lara Cristina da Silva Facchini Atuária - MIBA - 1118 |
|--|

CONTADOR

| |
|--|
| Vinicius Negrini de Oliveira CRC: 15P242483/O-8 |
|--|

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. - São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das

demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-25P015199/O-6
Eduardo Wellichen
Contador CRC-15P184050/O-6

Leandro Galkyz Uzzi de Oliveira
Contador CRC-15P232769/O-1

RELATÓRIO DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. - São Paulo - SP. Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Unimed Seguros Patrimoniais S.A., em 31 de dezembro de 2014, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Patrimoniais S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

com os princípios atuariais gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da entidade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, e ao atendimento pela entidade auditada dos requerimentos de capital base e capital de risco conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das

provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da entidade auditada para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da entidade auditada. **Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2014**

| Valores | 2014 | 2013 |
|--|-------|------|
| Provisões Técnicas - Seguros - Danos | | |
| Provisão de Prêmios Não Ganhos | 11 | - |
| Provisão de Sinistros a Liquidar | 521 | - |
| Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados | 18 | - |
| Provisão de Despesas Relacionadas | 3.112 | - |
| Total de Provisões Técnicas - Seguros - Danos | 3.112 | - |
| Valores Redutores da Cobertura Financeira de Provisões Técnicas | | |
| Direitos Creditórios | | |
| Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG | 36 | - |
| Ativos de Resseguro Redutores de PPNG | 37 | - |
| Ativos de Resseguro Redutores de IBNR | 7 | - |
| Ativos de Resseguro Redutores de PDR | 1 | - |
| Total de Valores Redutores de Cobertura Financeira de Provisões Técnicas | 1.652 | - |

Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido

| Valores | 2014 | 2013 |
|--|---------------|---------------|
| Patrimônio Líquido Ajustado - PLA* (a) | 23.277 | 23.277 |
| Capital Base (b) | 15.000 | 15.000 |
| Capital de Risco - Subscrição (c) | 3.488 | 3.488 |
| Capital de Risco - Crédito (d) | 252 | 13 |
| Capital de Risco - Operacional (e) | 13 | 13 |
| Redução por Correlação dos Riscos (f) | (119) | (119) |
| Capital de Risco (g) = (c)+(d)+(e)+(f) | 3.634 | 3.634 |
| Capital Mínimo Requerido (h) = Maior entre (b) e (g) | 15.000 | 15.000 |
| Suficiência do PLA (a) - (h) | 8.277 | 8.277 |

*Apenas os acréscimos e deduções normativos em relação ao Patrimônio Líquido foram auditados e não o próprio Patrimônio Líquido, dado que o Patrimônio Líquido é uma conta que resulta de todas as posições ativas e passivas da entidade, inclusive aquelas além da abrangência de nossa auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. em 31 de dezembro de 2014 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Finalmente, manifestamos que consideramos adequada e suficiente a qualidade dos dados fornecidos pela Unimed Seguros Patrimoniais S.A. que serviram de base para a elaboração de nossa auditoria atuarial independente. São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.

Ricardo Pacheco - MIBA 2.679
EY Serviços Atuariais SS - CNPJ 03.801.998/0001-11 - CIBA 57